



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES E
PONDERAÇÕES**

NORA NEI DE OLIVEIRA SOUZA

**BELO HORIZONTE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES E
PONDERAÇÕES**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Aline Gabriele Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nora Nei de Oliveira Souza

RELAÇÕES DE TRABALHO NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES E PONDERAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a. M^a. Aline Gabriele Pereira – Orientadora

Nora Nei de Oliveira Souza - Cursista

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre as relações interpessoais e de trabalho no ambiente escolar, como podem favorecer ou atrapalhar um ambiente de trabalho e seus desdobramentos na qualidade do trabalho nesse contexto. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando compreender e estabelecer relações entre os fatores que definem bons relacionamentos interpessoais. Buscou-se ainda entender as possíveis interferências positivas e/ou negativas que as diferentes pessoas que fazem parte do ambiente escolar exercem sobre o processo de trabalho. Além disso, parte-se de um relato de experiência que foca nas relações interpessoais do corpo docente de uma escola da rede municipal de ensino do município de Ipatinga-MG, a forma como agem diante dos conflitos e os desafios enfrentados para minimizar as questões pertinentes a essas relações, a partir de um projeto realizado durante o ano de 2014 denominado Vivendo Valores, onde foram trabalhados mensalmente diferentes temas voltados para as relações interpessoais em um ciclo de treinamentos e palestras realizados a cada período letivo (trimestre). O projeto foi oferecido no intuito de melhorar os relacionamentos entre os professores, diretor, coordenadores e supervisores pedagógicos, favorecendo também os demais participantes da comunidade escolar.

Palavras-chave: Relações Interpessoais; Relações de trabalho; Ambiente Escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. RELAÇÕES INTERPESSOAIS	6
2. AS RELAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR – O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL LEVINDO MARIANO.....	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS.....	13
ANEXO: Projeto Político-Pedagógico.....	15

INTRODUÇÃO

Este desenvolvimento do ser humano, que se desenrola desde o nascimento até a morte, é um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, a relação com o outro. Neste sentido, a educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem as da maturação contínua da personalidade (DELORS, 1999, p. 82).

Pode-se considerar que a construção das relações de trabalho entre pessoas que compartilham um mesmo ambiente laboral é direta e/ou indiretamente influenciada pela forma como se constroem as relações interpessoais. Durante o desenvolvimento do eixo “Relações de Trabalho” do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Levindo Mariano (EMLM), situada em Ipatinga-MG, foi possível observar que o sucesso do processo de ensino-aprendizagem depende, dentre outros fatores, da maneira como os profissionais envolvidos se relacionam com os educandos e seus responsáveis, com a escola e especialmente entre si. O trabalho junto à equipe diretiva da escola oportunizou a reflexão acerca da dinâmica dos trabalhos que precisam ser desenvolvidos nesse ambiente, bem como sobre a maneira segundo a qual as pessoas, em diferentes papéis, atuam, se comportam, reagem e/ou administram os conflitos e outras variadas situações. Além disso, o projeto possibilitou uma reflexão sobre como e se contribuem com os diferentes contextos vivenciados, os porquês de seus comportamentos e o que tudo isso traz de benefício ou malefício para o processo educacional.

Para Mosquera e Stobäus (2004,p. 92) “grande parte dos problemas que as pessoas têm provêm de sua própria pessoa ou da relação que estabelece com as outras pessoas”. Nesse sentido, construir boas relações no ambiente de trabalho se torna fundamental para garantir uma vida agradável. Observa-se que quando as pessoas conseguem estabelecer relações positivas, forma-se um ambiente motivador, de interação e de troca, o que tende a favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, se as relações na escola não estiverem em equilíbrio, a tendência é que o professor não consiga desenvolver um bom trabalho em sala de aula. Para esses autores, grande parte dos problemas que um docente enfrenta pode ser proveniente de

um ambiente hostil e este pode se tornar ainda mais hostil quando se trabalha com pessoas diversas.

A partir dessa reflexão, a equipe diretiva da EMLM observou e se deparou com alguns problemas relacionais entre professores, professores e alunos, demais funcionários da escola. Foram insatisfações que se acumularam por diferentes causas tais como: queixas quanto a promessas não cumpridas pelo governo relacionadas a melhorias salariais; redução no número de funcionários e conseqüente aumento da carga de trabalho; novas instruções quanto à execução dos trabalhos na escola e o curto tempo para executá-los; rivalidades devido aos diferentes pontos de vista e resultados alcançados por diferentes profissionais; comodismo e desgaste pelas circunstâncias do trabalho; inúmeras mudanças nas alternâncias de governo; as limitações apresentadas pelos alunos e famílias com os estudos; a indisciplina e desrespeito dos alunos frente aos professores e demais funcionários, bem como com eles mesmos. Tudo isso acabou gerando um desgaste no ambiente e provocando desconfortos nas relações, sucedendo-se uma seqüência de reclamações, pouca tolerância e exaltação de ânimos.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo objetiva trazer à discussão o tema dos relacionamentos interpessoais no ambiente escolar, tendo como foco as relações entre docentes e a influência que essas relações podem causar nos demais participantes do processo educativo por entender que eles atuam como facilitadores do mesmo, além de relatar algumas vivências em uma escola da rede municipal de Ipatinga-MG. Trata-se de um relato de experiência e espera-se que ao final da discussão, possa-se compreender de que forma essa construção relacional influenciou o desempenho dos professores da Escola Municipal Levindo Mariano em sala de aula, e conseqüentemente dos alunos que são assistidos por esses docentes, bem como compreender os resultados obtidos através das intervenções realizadas nessa escola no intuito de melhorar os relacionamentos dos funcionários de modo geral.

1. RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Para se falar sobre as relações de trabalho no ambiente escolar, entende-se que seja importante antes conceituar Relações Interpessoais. Para Heider (1970, p. 1) a

expressão *relações interpessoais* revela relações entre poucas pessoas; o que uma pessoa sente ou pensa em relação à outra, como percebe o que faz para ela, o que espera que ela faça ou pense, como reage às ações do outro, tudo isso faz parte da rede de fenômenos que a compõe. Moscovici (2002) complementa dizendo que as pessoas convivem e trabalham com pessoas, comportam-se com pessoas e com elas estão sempre em contato através da comunicação e dos sentimentos de simpatia, antipatia, competitividade, cooperação e afeto entre outros e isso tudo é que constitui o processo de interação humana.

Ainda para Moscovici (2002) as relações interpessoais se desenvolvem, portanto, como resultado do processo de interação de duas ou mais pessoas, sendo que os sentimentos surgidos a partir desse processo influenciarão as interações e os resultados das atividades a serem desenvolvidas em conjunto. Dessa forma, quando uma pessoa começa a participar de um novo grupo, existe uma base interna de diferenças que abrangem diversas áreas, o que acaba por provocar diferenças de percepções; a partir de então começa a ser construído em cada pessoa um repertório novo de comportamentos.

Nesse contexto, a participação efetiva em um grupo depende especialmente da competência interpessoal dos seus membros, e o trabalho em equipe só se realizará efetivamente se e quando os membros do grupo desenvolvem sua competência interpessoal. Dessa forma, as relações interpessoais irão depender diretamente do quão se encontram desenvolvidas as habilidades interpessoais, em especial a competência interpessoal, conceituada por Moscovici (2002) como a habilidade de lidar eficazmente com as relações interpessoais; de lidar com outras pessoas de forma adequada às necessidades de cada uma e às exigências da situação.

2. AS RELAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR – O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL LEVINDO MARIANO

Ao debater as relações interpessoais em ambientes de trabalho, Amestoyet *al* (2009, p. 108) afirma que

No ambiente de trabalho, as relações interpessoais se estabelecem a partir de um processo de interação entre os membros de uma mesma equipe, criando-se vínculos profissionais, uma condição relacional entre trabalhadores, a fim de

executarem uma ação coletiva, e alcancarem um objetivo em comum, pautados em fazeres e palavras coerentes, representados por motivação, flexibilidade, comprometimento, realização pessoal e ênfase na subjetividade humana.

Nesse sentido, pode-se dizer que dentro do ambiente escolar, as relações tendem a se refletir no rendimento profissional. Desse modo entende-se que construir boas relações com o grupo de trabalho (colegas professores, equipe diretiva, demais funcionários e alunos) é de suma importância para que o trabalho seja completo e para que a ação educativa se torne algo prazeroso para quem é agente da educação. Pode-se dizer que a motivação está direta e indiretamente relacionada ao equilíbrio dessas relações, e como consequência, o sucesso do trabalho.

Nota-se, entretanto que nem sempre o funcionamento das relações interpessoais é positivo, especialmente entre os professores, visto que a competitividade e as falhas na comunicação podem acontecer e interferir no bom andamento do trabalho, tendendo a prejudicar o desenvolvimento adequado de projetos de melhoria do ensino e construção cidadã em função de divergências no modo de pensar ou perceber a realidade escolar. A partir desse ponto de vista, torna-se notória a necessidade de se conhecer de modo mais aprofundado o papel das relações interpessoais no contexto de trabalho e em especial no ambiente escolar no intuito de melhor compreender tais construções e seus possíveis desdobramentos.

Para Fritzen (1987, p. 73) “as relações interpessoais constituem a medula da vida. Elas formam e entretêm a nossa identidade pessoal. Em certo sentido, nós nos tornamos e ficamos aquilo que somos graças à atenção que nos é dispensada pelos outros”. Assim sendo, quando os professores conseguem estabelecer entre si uma relação pautada na admiração e respeito mútuo, na cooperação, valorizando suas atitudes e tomadas de decisão, abrem espaço para que as barreiras que existe nas relações interpessoais se quebrem e que haja diálogo e cooperação entre os pares. Nesse sentido, Marques (2012) aborda a inter-relação entre democracia e autonomia, sob a qual se pode inferir que quanto mais amadurecida a gestão escolar em termos de participação do corpo docente nas ações e decisões, maior pode ser a liberdade com a qual os mesmos atuam e isso pode influenciar na diminuição dos conflitos, otimizando as relações.

No intuito de lidar com essas questões, a equipe diretiva da Escola Municipal Levindo Mariano (EMLM) buscou sensibilizar seu corpo docente e demais funcionários; observou-se ser necessário intervir, sugerir, oferecer subsídios para minimizar ou até sanar de vez alguns conflitos e tensões que mesmo em pequeno número, existiam entre professores, causando desgaste, desânimo, tumultuando o ambiente e que, se não resolvidos, corriam o risco de crescer.

Referenciando a obra de Lucchesi (1997), Japecanga (2000, p. 44) afirma que “é necessário que as pessoas da unidade escolar tenham consciência desses conflitos e de suas causas”, visto que dessa forma torna-se possível a identificação dos aspectos a serem trabalhados e a adesão de todos às ações de minimização dos conflitos. Para tal, como diz Japecanga (2000), se faz necessária a participação de todos como requisito essencial para a democratização não só da gestão, mas de todas as relações no interior das escolas. Mostra-se importante considerar então o conceito de gestão democrática como “uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia” na qual a “participação de cada sujeito é fundamental e o reconhecimento de suas idéias e sua contribuição deve ser independente do nível hierárquico” (SANTOS; MELLO, 2011, p. 22) e seus desdobramentos que, segundo o mesmo autor são gerar um clima participativo que provoque a melhoria do comprometimento do funcionário e, conseqüentemente, reduza sua resistência às mudanças, ao mesmo tempo em que aumente a sua motivação por meio da satisfação de expectativas mais elevadas, encaradas como fundamentais.

Tendo como referência esse conceito e suas implicações, foi realizada uma reunião administrativa com todos os funcionários da escola ao iniciar o ano letivo de 2014. Nela foi proposta uma reflexão sobre o quanto é importante o envolvimento de todos no trabalho; a colaboração de cada um para um ambiente harmonioso entre os envolvidos; a liberdade e maturidade para dialogar; a resolução de questões que possam incomodar; a responsabilidade pelo processo educacional acima de problemas pessoais ou profissionais; e o cuidado para evitar a zona de conforto gerada por insatisfações.

Houve uma rica discussão entre os presentes que puderam tanto opinar, expor suas ideias e queixas, quanto sugerir caminhos. Todos se mostraram abertos a

colaborar uma vez que a escola sempre foi um espaço com poucos problemas dessa natureza. Ficou então acordado que haveria, durante o ano, trabalhos voltados para a melhoria das relações de trabalho entre todos da escola. Foi implantado o Projeto Vivendo Valores para os professores, demais funcionários, equipe diretiva e alunos. Mensalmente um tema foi trabalhado por uma equipe de professores de uma disciplina ou ano escolar (respeito, solidariedade, paciência, sabedoria, fofoca, preguiça) e apresentado a todos em forma de teatro, música, murais, filme, textos, entre outros.

Uma intervenção conduzida pela equipe diretiva da EMLM frente aos conflitos e situações de insatisfação em seu quadro de funcionários, no intuito de promover um início de ano letivo com motivação e com habilidades para superar as falhas ocorridas no ano anterior, especialmente em termos de relacionamentos, foi nessa mesma reunião, abordar o tema das relações interpessoais promovendo uma atividade reflexiva que tinha por objetivo lembrar as dificuldades e traçar, junto com os professores, um plano de ação para que as mesmas não fossem repetidas. Como uma das ações elaborou-se em conjunto um ciclo de treinamentos e palestras com temas relacionais.

E foi nesse sentido que foram ofertadas aos professores e demais funcionários da EMLM, ações voltadas para o desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais, e a cada término de período letivo (trimestre),houve a presença da psicóloga Natália Souza, que conduziu treinamentos com temas como: Comunicação, com a intenção de facilitar o processo comunicacional entre os funcionários, minimizando as falhas existentes nas atitudes de fala, escuta e críticas; Percepção e Interação, visando trabalhar a forma como cada um enxerga o trabalho e as relações no grupo, bem como a importância da atuação conjunta para o sucesso do trabalho; e Engajamento e Comprometimento, no intuito de promover uma maior adesão dos funcionários ao trabalho e uns aos outros. Ressalta-se que foram nítidas as mudanças positivas que ocorreram gradativamente, o novo ânimo que se instalou no ambiente de trabalho e as melhorias no trato dos funcionários uns com os outros. Ao final do ano de 2014, as idas diárias à direção para reclamações dos colegas diminuíram consideravelmente, os projetos desenvolvidos na escola conseguiram cumprir seus objetivos e houve maior integração entre os professores, que inclusive propuseram a realização de ações interdisciplinares, e as organizaram juntos.

Nesse sentido, Paro (2001, citado por SILVA, 2008, p. 13) reflete que

O local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível a prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade.

Dessa forma, considerando-se a importância da observação e do estabelecimento de relações interpessoais equilibradas para o processo democrático, é de grande importância que os relacionamentos entre os professores aconteçam de maneira harmoniosa. Nota-se que pode acontecer ainda de a gestão não conseguir contribuir para a diminuição dos abismos relacionais entre profissionais, e entre esses e os alunos, por isso se faz necessário estar atento à construção de uma gestão que seja compartilhada, tal como afirma Libâneo (2004, p.79) quando diz que, “a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

É importante lembrar que para ser um bom educador, não basta apenas se comunicar bem e saber sobre os conteúdos ministrados, é importante ainda ser capaz de criar laços afetivos e formar valores para o crescimento pessoal daqueles com quem se relaciona. Grillo (2004, p. 78) pondera sobre o trabalho docente, afirmando que “sua prática é resultado do saber, do fazer e principalmente do ser, significando um compromisso mesmo, com o aluno, com o conhecimento e com a sociedade e sua transformação”. E é por isso que a equipe da EMLM acredita na importância de se investir na formação e acompanhamento de seus profissionais, bem como na necessidade da participação de todos na construção das ações de intervenção que visem esse desenvolvimento, fazendo com que as ações implementadas sejam permanentes, iniciando-se a cada ano letivo, um novo ciclo de atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que as relações interpessoais são a arte de conviver bem com os outros, obtendo cooperação e confiança entre as pessoas que fazem parte de um grupo e/ou equipe de trabalho. Entende-se que essa arte é e precisa ser desenvolvida através das atitudes, personalidade e valores de cada um. Por isso, Moscovici (2002) afirma que as relações interpessoais, se desenvolvem em decorrência do processo de interação de duas ou mais pessoas, sendo que os sentimentos surgidos a partir desse processo influenciarão as interações e os resultados das atividades a serem desenvolvidas em conjunto.

Para a referida autora, a arte de se relacionar pode influenciar direta e/ou indiretamente a construção de uma estrutura forte e funcional no trabalho, o que tende a acontecer também no ambiente escolar, onde professores, supervisores, coordenadores e demais funcionários precisam se relacionar de maneira equilibrada.

Fica evidente a importância de que haja um bom entendimento entre as pessoas que fazem parte da equipe escolar, de modo que a boa comunicação e os comportamentos de respeito mútuo, cooperação e comprometimento possibilitem uma otimização dos resultados a partir da discussão sobre as normas e sugestões trazidas pela equipe. O sucesso de uma boa relação no trabalho implica em empregar “espírito de equipe”, exigindo esforço conjunto das pessoas, favorecendo a motivação, cooperação e colaboração entre o grupo, como objetivo de melhorar o processo pelo qual elas trabalham juntas.

Nesse ponto de discussão, entra em questão a formação contínua do professor e demais funcionários, visto que os bons relacionamentos são uma construção que permite o nascimento do respeito mútuo, sentimento de pertencimento no grupo, coesão e comprometimento entre os integrantes da equipe. Segundo Barroso (2004, citado por MARQUES, 2012, p. 1188) “só a autonomia garante o poder, os recursos e a capacidade de decisão coletiva necessários ao funcionamento democrático de uma organização”, por isso entende-se ser tão importante a participação de todos os atores educacionais no processo de construção e consolidação dessas ações de desenvolvimento.

Tendo como referência as vivências profissionais, em especial como parte da equipe diretiva da EMLM, foi possível participar da construção de um projeto que permitisse a reestruturação e o desenvolvimento de competências pessoais nos integrantes do grupo que facilitassem a melhoria dos relacionamentos interpessoais entre eles e, como consequência, do desenvolvimento e dos resultados obtidos no trabalho dentro da escola.

A partir de uma leitura teórica de autores como Heider (1970) e Moscovici (2002), foi possível compreender melhor o conceito de relações interpessoais e a partir de então, identificar a importância da realização de um trabalho voltado para a articulação das competências interpessoais. Na prática, foi possível observar que de fato o investimento na capacitação profissional pode fazer a diferença no processo de desenvolvimento de melhores relações no trabalho. Após cada treinamento realizado notou-se um aumento no nível de amadurecimento da equipe, o que de modo geral foi determinante para que os objetivos dessas ações fossem alcançados.

Por fim, entende-se que, como ressalta Basso (1998, p.6)

Nossa atuação, como profissionais preocupados com a formação inicial e continuada de professores, deveria privilegiar, de um lado, a construção de novas relações de trabalho na escola, possibilitando o enfrentamento coletivo das condições objetivas e subjetivas que obstaculizam o aprendizado escolar.

E é por isso que se faz imprescindível a fomentação de uma gestão democrática, bem como o investimento na capacitação profissional no ambiente escolar e a busca incansável pela qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, S. C. *et al.* Relações Interpessoais no Trabalho: percepção de técnicos e auxiliares de enfermagem. **Cogitare Enferm**, Jan/Mar, 2009. p.107-113.

BASSO, I. S.. Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32, Abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003&lng=en&nrm=iso>, acesso em 15/05/2015.

DELORS, J. **Os quatro pilares da educação**: educação um tesouro a descobrir. Brasília: Cortes, MEC/Unesco, 1999.

FRITZEN, Silvino José. Relações Humanas Interpessoais. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1987.

GRILLO, Marlene. O professor e a docência: o encontro com o aluno. *In*: ENRICONE, Délcia (Org.). **Ser professor**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 73-89.

HEIDER, F.. **A psicologia das relações interpessoais**. São Paulo: Pioneira, 1970.

LIBÂNEO, J. C.. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Ed. 5. Goiânia: Alternativa, 2004.

JAPCANGA, A. P.. A democratização das relações de trabalho na escola pública Básica. **Org & Demo** (Marília), Marília - SP, v. 1, p. 41-49, 2000. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/458/357>>, acesso em 15/05/2015.

MARQUES, S. R. A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1175-1194, out.-dez. 2012, Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>, acesso em 15/05/2015.

MOSCOVICI, F.. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. O professor, personalidade saudável e relações interpessoais: por uma educação da afetividade. *In*: ENRICONE, D. (Org.). **Ser professor**. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SANTOS, I. P. L.; MELLO; M. A. G. M.. **A gestão democrática da escola: as relações político-pedagógica do coletivo docente e seu gestor**. Universidade do Estado da Bahia (Monografia) - Salvador, 2011. Disponível em <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Isis-Pereira-de-Lima.pdf>>, acesso em 15/05/2015.

SILVA, E. A.. Relações interpessoais no ambiente escolar. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 10-18, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20509/10940>>, acesso em 15/05/2015.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
LEVINDO MARIANO**

**NORA NEI DE OLIVEIRA SOUZA
REGINA CÉLIA DE ALMEIDA**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
LEVINDO MARIANO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Maria Cristina Marinho Serra Negra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	133
3. CURRÍCULO	17
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	24
7. AVALIAÇÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS.....	35

INTRODUÇÃO

A escola é o lugar onde a busca do conhecimento se efetiva e, portanto, ela assume o papel de enorme responsabilidade que é planejar, organizar e colocar em prática as diretrizes para o desenvolvimento de um trabalho coletivo, participativo e de qualidade para todos que dela fazem parte. Sendo assim torna-se de fundamental importância a construção de um documento que exprima a identidade escolar e demonstre o que ela precisa, o que pretende, aonde quer chegar.

Para Oliveira (2005, p.1) é necessário que a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) tenha bases democráticas e participativas, efetivando a educação como um bem público e de direito de todos, por isso essa construção deve considerar as necessidades de quem dela se utiliza e sua implementação precisa acontecer com qualidade social. Assim sendo é importante que no decorrer de sua elaboração a comunidade escolar seja envolvida, mesmo que de forma indireta através de consultas formais, sugestões vindas de conversas rotineiras ou outras formas. Que cada ação considere as peculiaridades da escola, os desafios a enfrentar, que haja a valorização dos envolvidos (equipe diretiva, professores, demais funcionários, família e alunos) para alcançar o sucesso.

Segundo Veiga (2005, citado por LEANDRO & PLATT, 2012, p.165-166):

O Plano Político Pedagógico (PPP) busca um rumo, uma direção, sendo um projeto político visando à formação do cidadão. Não é um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, ele é constituído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos, mostrando o que será feito no processo educativo da escola, visando a organização escolar de toda equipe escolar garantindo todo o processo do aluno e o seu desenvolvimento enquanto cidadão, sendo um processo permanente de reflexão e discussão busca de alternativas para melhorar o âmbito escolar, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias na escola, diminuindo as diferenças hierárquicas, tornando um ser político, aonde irá se formar um sujeito capaz de exercer suas funções exercendo seus direitos e deveres na sociedade, deixando de ser um homem muitas vezes alienado[...].

Trabalhar com educação implica em uma responsabilidade com a instituição de ensino e deve ser conquistado com trabalho sério dia após dia. Fazer com que as promessas se cumpram através de atividades permanentes, investimento no fazer pedagógico, nos currículos, nos conteúdos, nos projetos e acima de tudo na participação dos envolvidos para a garantia da qualidade educacional.

Em seu texto, Souza (2010, p. 1) apresenta

[...] a idéia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Sugere que é preciso ampliar a democracia através de conselhos e conferências organizadas, pois são instituições que auxiliam de forma importante essa ampliação e a organização e gestão da escola.

A comunidade escolar é bem ouvida na escola, respeitada em suas colocações, chamada a se fazer presente com ideias, sugestões, as opiniões são vistas como oportunidades de repensar, rever as práticas e avançar positivamente em favor da educação. É nessa perspectiva que a Escola Municipal Levindo Mariano avança gradativamente na construção da gestão democrática e reelaboração do PPP.

A Escola Municipal Levindo Mariano, está situada à Rua Mariano Félix, 570, no bairro Bom Jardim, na cidade de Ipatinga - Minas Gerais, CEP 35162-282, e-mail: Ipatinga.emlm@gmail.com, telefone (31) 3829 8388. A sua criação foi a partir da Lei 305/71 e sua portaria 11/80 com portaria de extensão de série 610/98. O início do funcionamento foi no dia 07 de fevereiro de 1998 na gestão do prefeito Francisco Delfino Ferramenta.

Está localizada na área urbana da cidade, no início do bairro, em um lugar tranquilo, longe de barulhos em um terreno de 5 200 metros quadrados. É ampla, com áreas verdes, um bom espaço físico (salas de aula, banheiros, parquinho, quadra coberta, cantina, refeitório, laboratório de informática, biblioteca, sala dos professores, salas de coordenação, secretaria, almoxarifados, sala de Atendimento Especializado Escolar (AEE), sala da direção e vice-direção, consultório dentário, pátios, sendo que um deles tem palco para reuniões e apresentações culturais. Todos esses espaços são bem cuidados e conservados. A escola também é bem equipada e com quantidade satisfatória de recursos pedagógicos e didáticos, equipamentos e recursos humanos que favorece o desenvolvimento dos trabalhos. Atende aproximadamente a 948(novecentos e quarenta e oito) alunos do 1º ao 9º, nos turnos matutino e vespertino

e da EJA – Educação de Jovens e Adultos no noturno. Possui 102 (cento e dois) funcionários, pertence à rede municipal de educação e é assistida diretamente pela Secretaria Municipal de Educação.

A comunidade é predominantemente de baixo poder econômico, moradores do bairro, os alunos são filhos de pais com jornadas de trabalho extensas, outros sem emprego ou com subempregos (catadores de recicláveis, vendedores ambulantes trabalhos informais) que possuem em sua maioria pouca escolaridade o que acaba por dificultar a assistência aos filhos nos deveres escolares e a participação mais efetiva na vida escolar. Há uma diversidade na formação familiar onde os filhos são criados só por pai, ou mãe, pelos avós ou outros parentes, vizinhos, irmãos mais velhos e isso traz transtornos e problemas comportamentais na educação, distorção de valores e geração de conflitos. A escola recebe alunos com necessidades especiais, distúrbios psicológicos vulnerabilidade social e pessoal e isso reflete na aprendizagem.

A escola busca ter a comunidade como parceira no processo de melhoria da qualidade do ambiente e do ensino e o PPP é de fundamental importância nesse processo. A sua elaboração foi coletiva e contou com a participação da equipe diretiva, professores, demais funcionários, alunos, família, Conselho Escolar e representante do bairro sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação em cada uma das etapas. Desde a decisão de sua construção o intuito foi o de registrar como é a escola e quais as possibilidades de mudanças positivas para melhorá-la a partir das dificuldades e problemas enfrentados.

Em seu processo de desenvolvimento os envolvidos receberam e responderam questionários sobre a vida da escola (pontos positivos e negativos, expectativas, propostas de mudanças a ocorrer, sugestões para o desenvolvimento dos trabalhos) e foram propostos vários encontros para debater os temas levantados nos mesmos. Nesse movimento os participantes assistiram a vídeos explicativos sobre o PPP e diante do conteúdo coletado nos questionários foram formados grupos para analisar e discutir as propostas. Viu-se então o que deveria ser feito e iniciou-se o planejamento das ações para alcançar os objetivos e investir em melhoria e qualidade.

Ao construir esse documento, a escola acreditou que ele seria uma forma de buscar meios para despertar no educando o desejo de aprender, desenvolver suas

habilidades e potencialidades como agente transformador da sociedade. Além disso, houve a intenção de que os alunos percebessem na escola um espaço onde se aprende a aprender, a conviver e a ser; um lugar que colabora para a formação de pessoas dotadas de conhecimento sistematizado e possibilita a elevação de seu desempenho emocional, social e intelectual.

Desde a sua elaboração, a escola procura fazer valer as metas traçadas e em função disso observam-se muitas conquistas nas questões pedagógicas, na estrutura física, nas relações interpessoais, na interação escola/família e na organização dos trabalhos.

O lema da escola é o de que UMA ESCOLA ASSIM, EU QUERO PRA MIM e assim sendo todos os esforços, mesmo diante de tantas dificuldades tem sido o de fazer valer os objetivos e metas traçadas a partir de um PPP elaborado coletivamente e democraticamente.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é um grande desafio para a escola. As constantes e rápidas mudanças na sociedade fazem com que os processos educativos também evoluam sem perder, no entanto a essência. Todo o trabalho deve ser direcionado para a formação de cidadãos conscientes de seu papel como sujeito histórico capaz de fazer intervenções, transformações e contribuir para uma sociedade com mais igualdade.

É necessário esforço coletivo para, através da educação de qualidade, vencer as barreiras e entraves que a dificultam e ir à busca de uma escola que eduque para o exercício da cidadania, que seja um espaço onde se aprenda a ser, se aprenda a aprender, a conviver, a se preparar para atuar numa sociedade globalizada, em que é importante o conhecimento teórico, técnico e o saber relacionar-se uns com os outros. Como diz Dourado (2010, p.3) em seu texto "a educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social" e a busca da sua qualidade é um fenômeno complexo. E é através da educação que se pode vencer a desigualdade e exclusão social, cultural, econômica e política.

A Escola Municipal Levindo Mariano entende o seu papel enquanto instituição que tem compromisso com a formação de seus alunos, de oferecer educação com qualidade, elevando seu desempenho acadêmico, o acesso ao conhecimento sistematizado e a partir desse a aquisição de novos conhecimentos. Preocupa-se com a formação de um sujeito consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

A instituição objetiva colaborar para a formação de um ser integral, equilibrado emocionalmente, que desenvolva sua habilidade, potencialidade, criatividade, senso crítico, agente transformador, fortalecendo o caráter, tendo os valores humanos e a inclusão de cada aluno como pilar de sustentação para toda sua prática pedagógica.

Para que os objetivos e metas traçadas sejam alcançados, a escola acredita na importância do planejamento coletivo, um projeto político-pedagógico (PPP), que auxilie nas tomadas das decisões acerca das finalidades da educação, um currículo que contemple a vivência do aluno para uma apropriação significativa dos conteúdos, como diz Souza (2010) em seu texto.

Nesse processo de elaborar e colocar em prática o que se deseja enquanto missão para uma educação de qualidade, todos os envolvidos (equipe diretiva, professores, demais funcionários, família e alunos) são chamados a contribuir e participar no dia a dia da escola com sugestões, ideias, críticas, enfim um trabalho de parceria. Consideramos também as parcerias de órgãos competentes e voltados para a educação como é o caso da Cúpula das Américas citado no texto de Dourado (2010, p. 4) e que cobra dos países membros o cumprimento das leis para garantir educação e com qualidade. Assim a união de forças contribui para que a construção do saber aconteça gradativamente, de forma positiva, com enormes ganhos para o aluno e a sociedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola precisa e deve ter uma estrutura organizacional para o bom funcionamento e alcance de seus objetivos. A qualidade da educação também passa por um espaço que apresenta qualidade administrativa (recursos humanos, físicos e financeiros); e pedagógicos (interações políticas e às questões de ensino-aprendizagem, a organização das ações didáticas- pedagógicas, os grupos que atuam na instituição).

1.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Quando se trata de educação de qualidade, as estruturas que compõem a escola devem ser levadas em conta como fator importante para se alcançar os objetivos e metas. Uma escola organizada com estrutura física conservada e com espaços, uma equipe de funcionários em quantidade que atendam às necessidades da comunidade escolar (equipe diretiva, professores, demais funcionários, família, alunos), recursos financeiros que ofereçam ao gestor condições de administrar com o apoio da comunidade escolar, democraticamente e assim mantê-la em boas condições e suprida dos materiais necessários.

A Escola Municipal Levindo Mariano possui 102 funcionários para atender a três turnos. No Fundamental I, (1º ao 5º ano) são 21 (vinte e um) professores entre regentes e um 3º professor para cada duas turmas do 1º ao 3º anos, 01 (um) de inglês, 02 (dois)s de Ensino Religioso, 03 (três) de Educação Física, 01(um) de inclusão digital, 01 (um) atendimento especializado (AEE), 02 (dois) bibliotecários, 02 (dois) professores auxiliares (PA), 01 (um) professor comunitário do Programa Mais Educação e 06 (seis) oficinairos das oficinas de esporte e lazer, natação, teatro, dança, xadrez e letramento. No fundamental II, (6º ao 9º ano) são 03 (três) professores de Português, 03 (três)de Matemática, 02 (dois) de Ciências, 02 (dois) de História, 01 (um) de Geografia e 02 (dois) de Ed. Física, 01(um) de Inglês, 01 (um)r de Ensino Religioso. Para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) são 02(dois) professores para a 1ª e 2ª etapas, e para a 3ª e 4ª etapas são 01(um) professor para Linguagens e Códigos (Português), 01(um) Educação Matemática, 01(um) Ciências Humanas (História e Geografia) e 01(um)

Corporeidade e Saúde (Ciências). A EJA ainda conta com 01 (um) Bibliotecário/PA, 01 (um) psicopedagogo, 01 (um) coordenador das oficinas que são oferecidas (pintura, informática, esporte, almofadas, artesanato e maquiagem), 07 (sete) oficinheiros e ainda 01(um) professor e 01(um) coordenador do curso técnico PRONATEC. Dos docentes, 95% são concursados e efetivos, possuem curso superior e pós-graduação.

A secretaria é mobiliada com mesas, cadeiras, armários, impressoras, computadores e acesso a internet e nela trabalham 01(uma) secretária indicada pela escola e 03 (três) auxiliares para atender aos três turnos também concursados e com formação para desenvolver os trabalhos.

Na cantina trabalham 04(quatro) cantineiras e 04(quatro) auxiliares de cozinha que preparam a merenda dos alunos (lanches, almoço e jantar) dos três turnos. Recebem treinamentos periódicos, o cardápio é variado, saudável, definido e acompanhado por uma equipe de nutricionistas, por uma vice- diretora da escola e supervisora da Prefeitura Municipal de Ipatinga (PMI).

Trabalha também 09(nove) auxiliares de serviços gerais que se ocupam da limpeza e manutenção de todos os espaços da escola, e 02 (dois) vigilantes de segunda-feira a sexta-feira cuja função é zelar pelo patrimônio da escola, auxiliar na segurança das pessoas que se encontram dentro dela, controlar a entrada e saída de pessoas no espaço escolar.

A equipe diretiva é composta por uma diretora, que é a responsável legal pela escola e deve manter a comunicação aberta com a comunidade escolar.

Assumir funções tanto de natureza administrativa quanto pedagógica, [...] gerenciar os aspectos materiais e financeiros da escola, harmonizar as relações entre os profissionais da educação que atuam na escola, articular a relação escola-comunidade, construir parcerias com todos os segmentos da escola, as normas, regulamentos adotando medidas condizentes com os objetivos e princípios propostos,[...] estimular a inovação do processo educacional (ANDRADE, 2013, p.35).

São dois vice-diretores que atuam junto com a diretora no cuidado com as questões administrativas e disciplinares (horários, portão, atendimento a comunidade, entre outras atribuições); três coordenadores, que fazem todo o acompanhamento pedagógico da escola, "auxilia os professores nos planejamentos das aulas, busca alternativas para trabalhar da melhor forma os conteúdos" (ANDRADE, 2013, p. 35) e garantir o processo ensino aprendizagem, acompanha os alunos nas necessidades

pedagógicas e resultados, mantém contato com as famílias e outros. Eleitos pela comunidade escolar e nomeados pelo prefeito após as eleições. A equipe diretiva se divide para atender aos três turnos.

Os professores dispõem de 09 módulos de 48 minutos para estudos e planejamento das aulas (dia de coordenação), em grupos, de acordo com o ano que leciona e são acompanhados pelos coordenadores.

Há um Conselho Escolar que é o órgão responsável por auxiliar a escola no "planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como no, administrativo e financeiro" (SOUZA, 2005, p. 3). Dele fazem parte representante de diversos segmentos da escola, eleitos pela comunidade escolar que auxilia a escola nas tomadas de decisões. A escola participa de um Colegiado de Gestores que se reúne para discutir, informar e decidir sobre os rumos das escolas, dois sindicatos (SINDIUTE e SINDISERP) que representam os funcionários (professores e o quadro administrativo).

O prédio da escola contribui para o seu funcionamento com qualidade. No prédio principal há onze salas de aula mobiliadas com carteiras, cadeiras para os alunos em número suficiente, mesa e cadeira para o professor, armário, com piso em marmorite e quadro branco para pincel, todas limpas e organizadas diariamente entre os turnos; uma sala de atendimento especializado (AEE) com mesa, computadores com internet, impressora e scanner, armários e jogos; uma cantina azulejada, com pias de granito, armários, fogões, geladeira, freezers, forno industrial e outros materiais para auxiliar o preparo da merenda, todos em perfeita condições de uso ou novos; uma despensa organizada com prateleiras e cestos vazados para os legumes, porém precisa ser aumentada devido ao aumento de alimentos por causa dos programas implantados na escola; banheiros masculino e feminino para os alunos, reformados e adaptados para pessoas com necessidades especiais; uma quadra poliesportiva coberta, cercada com alambrados reformados e rede de proteção em cima; um parquinho com vários brinquedos; um refeitório com mesas forradas, bancos e bebedouros; pátios, uma sala de coordenação que funciona também como sala dos professores com quatro computadores e internet e vários livros didáticos e paradidáticos para os professores,

uma sala de reunião com armários repletos de materiais didáticos e dois computadores. Além desse material os professores também podem contar com data show, caixas de som, micro *system*, CDs de música e DVDs de filmes e da TV Escola. Essa funciona como sala de apoio para as coordenações, pois uma sala somente está insuficiente devido ao número de docentes para coordenar em um mesmo horário; uma sala da direção e vice-direção; os banheiros masculino e feminino dos funcionários foram reformados, há um pequeno depósito para guardar materiais esportivos e de limpeza.

No prédio anexo que foi construído em 2009, são três salas de aula; uma para o Programa Mais Educação; uma biblioteca ampla e bem equipada com livros, materiais didáticos, TV e DVD; banheiro masculino e feminino para os alunos, bebedouro; depósito de materiais de limpeza; auditório. Próximo ao anexo está a sala de informática com ar condicionado, computadores e internet que atende aos alunos de 4º ao 9º anos. Há no prédio principal próximo à sala da vice-direção o consultório dentário que atualmente atende no turno matutino aos alunos da escola e de outras escolas do bairro. Todos os investimentos em melhorias no espaço físico da escola, a aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos são no intuito de oferecer um ambiente com qualidade para que a educação aconteça e são objetivos que fazem parte do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

A Escola Municipal Levindo Mariano, recebe recursos financeiros do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Prefeitura Municipal de Ipatinga (PMI). Os repasses são feitos anualmente, integralmente ou em parcelas e depositados em contas da Caixa Escolar da escola e são utilizados para a manutenção da escola, dos programas e dos projetos. No período de 2011 a 2013 não houve repasse pela PMI, o que gerou transtornos à escola e dificuldades para mantê-la e só veio confirmar a importância dos repasses financeiros para a vida da instituição. A verba só chegou ao final de 2013 após mudança de governo.

São verbas com percentuais definidos para a aplicação em cada despesa, divididos em custeio e capital. Para a PMI deve ser apresentado um plano de ação com as necessidades da escola. Esses planos são elaborados a partir de sugestões de professores, alunos, demais funcionários, família, Conselho Escolar e equipe diretiva quanto ao que precisa ser adquirido, o que falta, o que reforma ou que construção

fazer. Há reunião para aprovação do Conselho que auxilia na decisão da ordem de prioridades de acordo com os valores e necessidades. Dessa forma a escola atende a maioria das reivindicações da comunidade escolar de forma democrática.

É importante ressaltar a necessidade de planejar as compras de material didático e de limpeza e ter estoque suficiente até a próxima verba. Todas as decisões são lavradas em atas e assinadas pelos conselheiros.

Os prazos que o gestor/Conselho Escolar tem para fazer pesquisas de preços, compras, serviços e realizar as prestações de conta são poucos e dificulta a gestão desses recursos. A parceria da comunidade escolar é fundamental para que se faça o melhor e os recursos sejam bem utilizados em prol da qualidade organizacional administrativa e educacional da Escola Municipal Levindo Mariano.

2.2- Estrutura Organizacional Pedagógica

Partindo da perspectiva de uma gestão democrática com a participação coletiva da comunidade escolar (equipe diretiva, professores, demais funcionários, família e alunos), a escola considera que a organização pedagógica é de fundamental importância para o sucesso almejado, após a elaboração de metas e diretrizes e do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Há uma preocupação constante da instituição com o ensino aprendizagem e a busca da qualidade do que é oferecido: a educação assegurada a todos que a procuram. Em seu texto Cury (2010, p.5-6) diz que

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sinequa non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos.

A Escola Municipal Levindo Mariano atende aos alunos em três turnos: matutino de 7 h às 11 h e 15 min., vespertino de 13 h às 17 h e 15 min. e noturno de 18 h e 38 min. às 22 h e 10 min. Possui 948 (novecentos e quarenta e oito) alunos do ensino fundamental de 1º ao 9º anos e Educação de Jovens e Adultos (EJA). No turno matutino há 379 (trezentos e setenta e nove) alunos distribuídos em 14 (quatorze) turmas sendo 04 (quatro) turmas de 3º ano, 02 (duas) turmas de 5º ano, 03 (três)

turmas de 7º ano, 02 (duas) turmas de 8º ano e 03 (três) turmas de 9º ano. No vespertino há 374 (trezentos e setenta e quatro) alunos distribuídos em 14 (quatorze) turmas sendo 02 (dois) 1º ano, 04 (quatro) 2º ano, 03 (três) 4º ano, 01 (um) 5º ano, 03 (três) 6º ano, 01 (um) 7º ano. Os alunos de 2º e 3º anos participam durante a semana do Programa de tempo Integral (Programa Mais Educação) com oficinas de esporte e lazer, teatro, dança acompanhamento pedagógico e natação. As oficinas são dadas poricineiros sob a coordenação de um professor comunitário. Parte das oficinas acontece na escola e outra parte em um clube próximo à escola. Na sala de informática os alunos do 4º e 5º ano têm aulas de tecnologia da informação e comunicação (TICs).

No noturno (EJA), há 195 (cento e noventa e cinco) alunos distribuídos em 06 (seis) turmas sendo 01 (uma) 1ª etapa que corresponde a (1º e 2º ano), 01 (uma) 2ª etapa que corresponde à (3º e 4º ano), 02 (duas) 3ª etapa que corresponde a (5º e 6ºano) e 02 (duas) 4ª etapa que corresponde a (7º e 8º ano). Para os alunos da EJA às sextas-feiras, as aulas são oferecidas em forma de oficinas de esporte, informática, maquiagem, artesanato, almofadas e pintura, dadas poricineiros acompanhados por uma coordenadora. Foi iniciado em Julho o curso de recepcionista do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) com uma turma, de segunda-feira a sexta-feira, com duração de 03 (três) meses, no horário de 16h as 19h15minh. Os alunos com necessidade de acompanhamento especializado participam de aulas na sala de Atendimento Especializado Escolar (AEE) no contra turno acompanhados por uma psicopedagoga.

A instituição organiza e planeja sua ação didático-pedagógica através de diferentes formas de intervenções, com o intuito de acrescentar e/ou transformar os níveis de conhecimento que cada aluno já traz influenciado pelo meio em que está inserido no que diz respeito a comportamentos individuais, sociais e socioculturais. Ao diversificar as formas de intervenção é preciso levar em conta os conteúdos de aprendizagem definidos pela escola a partir de diagnósticos que estabeleçam os objetivos demonstrados pelos alunos a mediação e a intervenção que assegure a aprendizagem. Atividades contextualizadas partindo de conhecimentos prévios do aluno e que através da seleção, relações sejam convertidas em conhecimento.

Interdisciplinaridade das disciplinas e conteúdos para melhor compreensão da relação que há entre elas. Envolvimento e compartilhamento entre os grupos, do que aprendem, participando e contribuindo no processo ensino aprendizagem de cada um.

Através de uma proposta curricular que obedece aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os planos de curso são construídos por professores e coordenadores. São organizados os objetivos, as estratégias, as metodologias, os recursos didáticos e as avaliações dos trabalhos para o ano letivo. São considerados além do ensino formal, os conhecimentos que os alunos trazem e que são acrescentados aos planos para enriquecer e dar sentido aos conteúdos. A escola utiliza a elaboração de projetos institucionais relacionados a temas específicos, relevantes e que surgem a partir das necessidades do dia a dia escolar, desenvolvidos com a participação de todos da comunidade escolar para a aprendizagem e a qualidade da educação.

Em todo método aplicado há a preocupação do educando.

[...] em conhecer a realidade e saber se desenvolver nela. [...] Se as finalidades do ensino estão voltadas para o conhecimento e à atuação para a vida, então parece lógico que o objeto de estudo deve ser o eixo estruturador das aprendizagens, seja a própria realidade (ZABALLA, 1998, p. 158).

Os professores e alunos são acompanhados durante todos os trabalhos pelas coordenadoras pedagógicas, que estão à frente dos grupos de coordenação divididos por ano de escolaridade ou de disciplina. As coordenadoras são articuladoras do trabalho pedagógico desenvolvido na escola e acompanham o planejamento, a execução e os resultados de todo o processo didático pedagógico.

Os professores e demais profissionais da escola recebem formação continuada oferecida por departamentos específicos da Secretaria Municipal de Educação, o que garante melhor qualificação profissional. Os alunos recebem apoio pedagógico através de recuperações paralelas com atividades extras, aulas de reforço escolar para o fundamental I (1º ao 9º) anos. Em agosto de 2014 foi iniciado o Projeto Aprender Mais, oferecido ao aluno de 6º ao 9º anos com reforço escolar de Matemática e Português e várias modalidades esportivas em um clube da cidade (Usipa) para alunos com baixo desempenho. Segundo o artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases-LDB

À escola compete prover a recuperação de alunos de menor rendimento, aos responsáveis dirigentes, segundo as atribuições de cada qual, cabe a busca

dos recursos gerais para tal. Outro tema correlato é o da recuperação paralela dos estudantes com menor rendimento já que ela é um exemplo do que se deve fazer para garantir o prover (LDB, citado por CURY, 2010, p.20).

A estrutura organizacional pedagógica da escola não mede esforços na busca de caminhos que eleve o nível de sua educação e pretende após esses esforços alcançar os objetivos e metas propostas, fruto de um trabalho coletivo.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 é claro quando diz que a "educação é direito de todos, dever do Estado e da família e que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade" (CF, citado por CURY, 2010, p.1-2). Sendo assim, à escola com sua função social, cabe o papel de garantir o acesso, a permanência do aluno e oferecer educação de qualidade.

É importante que a aprendizagem seja ferramenta eficaz para que o aluno possa efetivamente cumprir o seu papel na sociedade em que está inserido como sujeito que contribui positivamente.

3. CURRÍCULO

Segundo o dicionário Aurélio, currículo refere-se “as matérias constantes de um curso”. Ampliando o sentido, "currículo é a organização das disciplinas que deverão ser contempladas nas diversas modalidades de ensino" (FREITAS, 2011) no campo pedagógico. São as atividades, conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, levando em conta os aspectos culturais, valores e pensamentos de quem os recebe.

A construção do currículo é de fundamental importância para haver uma sequência nos trabalhos da escola no que diz respeito aos conteúdos e o que é importante que o aluno aprenda. A aquisição de conhecimentos formais é direito do aluno e ele deve se apropriar desse conhecimento. É preciso, porém que os conteúdos sejam apresentados de maneira que esse aluno perceba o significado, a relação que há entre o que aprende a sua aplicação e o meio em que está inserido. Deve contribuir para a busca da construção da aprendizagem considerando os aspectos culturais, de forma contextualizada. Assim sugere Sacristán (1998, citado por MOREIRA, 2000, p.45) quando diz que

[...] O conhecimento incide na ação como atributo do sujeito, não como algo que se dê à sua revelia. Daí a importância de se buscar compreender o que se passa em educação a partir da dinâmica das ações dos indivíduos e das ações sociais, a partir dos saberes e dos motivos dos sujeitos envolvidos na prática.

Cada disciplina ministrada no ensino básico deve interferir de maneira significativa na formação do caráter e da personalidade do aluno a fim de proporcionar meios de mediação entre o aluno X professor X escola e ambiente familiar, isto é, instrumentos que favoreçam a realização dos objetivos educacionais. O valor dos diferentes conteúdos disciplinares está ligado aos objetivos e metas a alcançar e a cada conteúdo oferecido é mostrado a possibilidade de mudança, de crescimento intelectual e pessoal do educando na sociedade.

O currículo da Escola Municipal Levindo Mariano é construído a partir de diagnóstico dos conhecimentos dos alunos da vivência que trazem de seus ambientes, das informações contidas nos livros didáticos, PCN's, dos descritores curriculares e outros instrumentos de pesquisa. É uma seleção, uma sequência e dosagem de conteúdos a serem ministrados e que precisa levar o aluno à busca da interferência, da

contribuição e da transformação social. Leva em conta os conteúdos e áreas de estudo estabelecidas, mas também o que acontece na sala de aula a partir do conteúdo formal e as experiências e valores que o aluno traz de sua origem. Não pode ser separado do contexto social e reproduz um tipo de controle social quando não considera toda a bagagem que o educando possui e quem ele é, quando não o leva a alcançar níveis mais altos, crescer enquanto sujeito histórico e cidadão.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) através do Departamento Pedagógico (DEPEG) promove durante o ano encontros com os professores de acordo com o ano escolar ou disciplina para construção de um currículo de referência. Esse foi adequado considerando a realidade da escola. A equipe diretiva e professores têm uma grande preocupação na escolha, sequência e organização dos tópicos ou projetos a serem desenvolvidos pela escola para atender as necessidades educativas dos alunos.

Muitos dos conteúdos estudados nas diferentes disciplinas são utilizados pelos professores para a elaboração de projetos que enriquecem e favorecem a aquisição dos conhecimentos e da aprendizagem de forma interdisciplinar.

Lopes (2006, p. 38) em seu texto relata a visão "política do currículo como sendo um pacote "lançado de cima para baixo" nas escolas, determinado pelos governos, e que as escolas apenas devem implementar ou resistir" na aplicação, porém é necessário haver equilíbrio, discussão, informação, parceria, metas bem definidas para que o conceito do ensino seja para o aluno um dos meios para favorecer seu desenvolvimento pessoal e social com qualidade.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Ao tratar o tema tempo e espaço escolar é necessário que haja a preocupação com o caminho que se pretende seguir para que o aluno atendido possa se favorecer e obter de fato, os meios educacionais para seu crescimento pessoal, intelectual e social.

Cada educando possui um ritmo diferente de aprendizagem e seu desenvolvimento precisa ser respeitado, Todo o trabalho da escola deve considerar essas especificidades e buscar elevar o nível de educação de seus alunos. A organização do tempo e espaço escolar não deve ser uma forma a mais de exclusão com alunos desinteressados, com defasagens de aprendizagem, professores e famílias desresponsabilizados, uma escolaridade pobre para alunos pobres como diz Freitas (2004, p. 23).

A escola atende a alunos do Ensino Fundamental em 9 anos, do 1º ao 9º anos e também Educação de Jovens e adultos (EJA). No diurno (matutino e vespertino) está organizado em Ensino Fundamental I que corresponde 1º ano ao 5º ano e Ensino Fundamental II que corresponde do 6º ao 9º ano. A partir do 3º ano o aluno poderá ou não ser retido. A porcentagem para aprovação a partir de 2014 é de 60% em cada disciplina, exceto Educação Física, Inglês, TICs, Práticas Culturais e Ensino Religioso em que são avaliados através de conceitos.

A EJA, para alunos acima de 15 anos, respeitado o nível de desenvolvimento dos alunos, funciona no noturno e está organizado da seguinte forma: 1ª etapa que corresponde a (2º e 3º ano), 2ª etapa que corresponde à (4º e 5º ano), 3ª etapa que corresponde a (6º e 7º ano) e 4ª etapa que corresponde a (8º e 9º ano).

Seguindo determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, o calendário escolar consta 200 (duzentos) dias letivos de trabalho (Anexo 1) com atividades didático-pedagógicas e 06 (seis) dias escolares reservados às reuniões de conselho de classe e reuniões administrativas.

A carga horária do aluno é de 4 h diárias, com 05 módulos de 48 minutos e um intervalo de 15 minutos. Os alunos de segundo e terceiro e alguns do quarto e quinto anos têm a jornada estendida para 08 h diárias com a implantação em agosto de 2010 do Programa de Tempo Integral Mais Educação, quando, no contra turno, esses alunos

recebem lanche na chegada às 8:45h e na saída às 15:30h após o recreio dos alunos da escola regular. O almoço às 11:30h e 12:00h também após o almoço da escola regular. Participam de oficinas de acompanhamento pedagógico, natação, teatro, dança esporte e lazer e recreação divididos em turmas de aproximadamente 25 alunos para cada oficina. As oficinas de natação e teatro são desenvolvidas em um clube alugado próximo à escola (Xander Clube), as demais em sala e pátio da escola. Em apenas um dia da semana a quadra é reservada para oficinas.

Ao permanecerem na escola em tempo integral os alunos atendidos tem ampliado seu período de aprendizagem, o que Freitas (2004, p. 28) também defende em seu texto. A partir de agosto de 2014 inicia na escola o Projeto de Tempo Integral para os alunos dos 6º ao 9º ano com reforço no contra turno de Matemática e Português na escola e práticas esportivas realizadas em um clube da cidade (USIPA).

Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem são atendidos no contra turno na sala de Atendimento Especializado Educacional (AEE) e são oferecidas atividades diversificadas que complementam o ensino regular. Há também uma parceria entre as Secretarias de Educação e de Saúde onde os alunos recebem atendimento e após avaliação, constatado o problema recebem acompanhamento de especialistas (psicólogos, psiquiatras, odontologista, oftalmologista, nutricionista). A escola conta com o Programa Saúde na Escola (PSE) e através dele são desenvolvidas ações junto à escola para contribuir e melhorar a qualidade de vida dos alunos. São oferecidos aos alunos palestras, vídeos, exposições, atividades em sala sobre assuntos relacionados à saúde como obesidade, alimentação saudável, doenças sexualmente transmissíveis, higiene e saúde, uso de drogas, e outros.

A escola é o lugar onde se trabalha para diminuir as diferenças. A comunidade escolar em que está inserida é formada por uma diversidade de pessoas com valores, crenças, nível social e econômico, étnico-racial que devem ser respeitados e considerados. Projetos são desenvolvidos abordando esses temas e outros necessários, para que a busca pela igualdade, a não discriminação, o não preconceito sejam cada dia mais presentes no espaço escolar. É uma prática garantida pela Lei de Diretrizes e Bases- LDB 9394/96 e que foi alterada pela Lei 10630/2003.

No início de cada ano os professores se reúnem e elaboram um planejamento anual, baseado nos dados registrados sobre o desempenho das turmas, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), orientados pela Secretaria Municipal de Educação e de acordo com a filosofia escola que procura harmonizar o trabalho do professor e do aluno, tornando mais eficiente o processo ensino-aprendizagem. No decorrer do ano, semanalmente esse planejamento é analisado, revisto e adequado à realidade diagnosticada pelo professor e coordenador em relação aos alunos e a turma, buscando meios mais eficazes e diversificados para obtenção de maiores e melhores resultados na aprendizagem.

Os professores da Rede Municipal de Ensino de Ipatinga, possuem em um cargo a jornada de trabalho de 20 horas semanais, sendo 16 módulos de 48 minutos para ministrar suas aulas e 9 módulos de 48 minutos destinados a estudo e planejamento (coordenação). Os encontros são por grupos de acordo com o ano que lecionam ou disciplina.

Em dias de coordenação, os professores são periodicamente convocados para participarem de cursos de formação continuada promovidos pelo Centro de Formação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Nesses cursos trocam experiências, planejam, sugerem, organizam, elaboram atividades. Todo o estudo é voltado para melhoria das competências dos profissionais e servem de subsidio para a melhoria da qualidade do ensino oferecido em sala de aula.

Enfim, a busca pela melhoria da escola e de sua organização é necessária e evidente. Ela sabe que está longe do ideal, mas procura através da parceria de todos os envolvidos (equipe diretiva, professores, alunos, famílias, demais funcionários) meios para oferecer cada dia mais uma educação melhor.

5 - PROCESSOS DE DECISÃO

Ao se tratar da educação oferecida por uma escola deve preocupar-se com a qualidade do que é oferecido e isso se faz através de uma organização séria, com objetivos e metas bem definidas e construídas coletivamente pelos envolvidos no processo educacional. É necessário, porém haver à frente das instituições representantes que assumam o papel de administrar em prol dos que lá estão.

"O mundo da educação diz respeito às pessoas e ao seu contexto sócio cultural, aos sujeitos, aos acontecimentos, aos conflitos de liberdade e de decisão e as condições de vida, tanto em plano individual como coletivo" é o que diz Gonçalves & Carmo (2001, p. 21).

Cada escola possui suas peculiaridades e é necessário considerar a relação dela no contexto social e político, como acontece a construção do conhecimento e os seus valores. Cada um que compõe a instituição escolar deve desempenhar bem o seu papel para alcançar os objetivos comuns.

Na Rede Municipal de Educação de Ipatinga, há a rotatividade no quadro de dirigentes. As equipes diretivas são eleitas para um mandato de três anos podendo se reeleger e chegar ao máximo há seis anos, dois mandatos, através de eleições diretas pela comunidade escolar: professores, demais funcionários da escola, alunos a partir de 12 anos completos, pais e representantes de entidades. Compõe a equipe diretiva: diretor, vice-diretor e coordenador. O número de vice-diretores e coordenadores depende da quantidade de turmas que atende e esses auxiliam o gestor na função de administrar a escola.

A cada trimestre, ou em caráter extraordinário, o grupo de professores se reúne para discutir as questões pedagógicas/ administrativas da escola, voltando a atenção do trabalho para o processo ensino aprendizagem das turmas que atuam. Os avanços são ressaltados e os entraves para alcançar os objetivos propostos são analisados e propostas ações para superá-los. Em reuniões administrativas todos os regulamentos e regras pertinentes a todos que atuam na escola, são apresentados, debatidos, opinados, organizados para que cada um esteja ciente de sua função e de como contribuir para o bem coletivo.

As famílias e os alunos são colocados a par do que acontece no dia a dia da escola, as mudanças, os projetos, o regimento escolar, as instruções que vêm da Secretaria de Educação e têm liberdade para expor suas ideias acerca do fato.

Há um Conselho Escolar com autonomia para propor e decidir questões referentes à aprovação e reprovação do aluno após discussão e análise, levando em conta o seu desempenho escolar e trabalho desenvolvido com esse aluno.

As questões pedagógicas e administrativas da escola são debatidas com os professores e demais funcionários e discutidas pelo Conselho Escolar para análise, sugestão, questionamento e aprovação. Toda a aplicação das verbas também é decidida pelo coletivo escolar que aponta as necessidades, sugerem, escolhem o melhor e as prioridades para então a gestora seguir com as ações.

O Conselho Escolar da E.M. Levindo Mariano é formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escola, membros efetivos e suplentes (professores, demais funcionários, família, alunos, representantes dos moradores do bairro). Ainda se precisa avançar quanto à participação do Conselho Escolar nos assuntos pedagógicos.

É um trabalho gradativo e necessário a atuação de instituições que auxiliam a gestão e a organização escolar, a comunidade deve entender a importância da mobilização social, da participação de todos para o sucesso da escola que é de todos e para todos. Em seu texto Gonçalves & Carmo (2001, p.79) dizem que

Antes de mais nada é preciso coragem e firmeza nas tomadas de decisões rompendo com as estruturas organizacionais fragmentadas, envolvendo a vontade política da comunidade, afastando-se assim do individualismo para se chegar ao diálogo, pois só assim cria-se uma consciência coletiva, dando à escola a oportunidade de cumprir sua missão que é de desenvolver, construir e reconstruir o saber dentro do processo dinâmico.

A escola tem caminhado na direção de oferecer educação de qualidade a partir da busca dos melhores meios e da participação responsável de todos, num clima de equipe, valorizando o diálogo. Com isso todos saem ganhando e o lema da escola se torna cada dia mais evidente e real: “UMA ESCOLA ASSIM EU QUERO PRA MIM”!

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola é um espaço onde grupos de pessoas estão presentes (professores, alunos, equipe diretiva, família, demais funcionários) formando uma comunidade escolar. Cabe a ela investir no processo ensino aprendizagem para assim oferecer uma educação com qualidade. Nesse processo as relações de trabalho são fundamentais para o bom andamento do trabalho, pois esse depende de todos os envolvidos.

Enfrenta em seu dia a dia vários problemas e conflitos que são desafios a vencer ou se não, a minimizar para que seja um ambiente propício ao aprendizado e formação do sujeito. Alguns desses problemas citados por Japecanga (2000, p. 41), são professores mal formados, mal remunerados, com uma carga de trabalho excessiva, baixa qualidade da educação oferecida, pressão por parte dos governos através da Secretaria de Educação e outros órgãos para garantir uma eficácia no ensino. Ainda segundo o autor, as tentativas a partir da década de 80 de criar medidas voltadas para a comunidade escolar a fim de melhorar a qualidade das relações de trabalho pouco duraram e o que acontece na maioria das escolas é o poder nas mãos do diretor e profissionais que não obedecem aos órgãos decisórios e pautam seu trabalho na “clandestinidade”.

É necessário avançar na busca da real democracia dentro das escolas. Para Japecanga (2000, p. 46)

A democracia não surge por acaso, bem como escolas democráticas. Resultam de muitas lutas, conflitos, esperanças de uma sociedade, de escolas alternativas. Vale salientar que compreendemos a participação como um processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização.

O poder deve considerar os grupos constituídos, a participação coletiva, as decisões cooperativamente tomadas.

Na Escola Municipal Levindo Mariano as relações de trabalho são pautadas no respeito mútuo, principalmente. Um número de 60% dos professores novatos na escola acabou de assumir o cargo efetivo e estão em processo de conhecer a dinâmica de trabalho, as peculiaridades da escola. Percebe-se que há entrosamento entre os colegas de trabalho e disposição para se ajudarem. O trabalho é integrado e as

situações de conflitos interpessoais (aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor e outros) são resolvidas através do diálogo.

A escola caminha para que cada dia mais se efetive a gestão e as relações democráticas pautadas na solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. Cada um que chega é chamado a colaborar para o processo de ensino e para que haja um ambiente de harmonia. Não há como fugir dos conflitos, porém há espaço para a reflexão e uma comunicação aberta entre os diferentes segmentos da escola.

Os problemas que ocorrem em sala de aula são resolvidos pelos professores, os casos mais graves encaminhados à direção, a família é convocada para comparecer à escola e, em conjunto procuram elucidá-lo. O caso extremamente grave solicita-se a presença/intervenção do Conselho Escolar, Conselho Tutelar, Patrulha Escolar e até a Secretaria de Educação que acompanha, orienta e encaminha o caso na busca de ajuda.

O relacionamento entre a equipe diretiva, professores, alunos, família, demais funcionários e alunos é de entrosamento. Os acontecimentos são comunicados, as opiniões e sugestões ouvidas e consideradas, apresentadas e decididas com o grupo considerando o bem comum. A gestora está à frente da direção da escola, mas conta com o apoio e participação de todos os envolvidos.

As famílias consideram a escola muito boa e aprovam as decisões tomadas. É deixado bem claro que é importante haver a cooperação, a decisão coletiva e a responsabilidade para com a organização e funcionamento da instituição. E como diz Japecanga (2000, p.47), essa "idéia de participação é uma prática que não se dá de modo espontâneo; é algo que faz parte de um processo histórico de construção coletiva". Gradativamente e com objetivos e metas bem definidas para essa prática se tornar cada dia mais real. A educação e quem a recebe é que ganha.

7- AVALIAÇÃO

A escola como espaço que oferece o ensino-aprendizagem deve analisar sua atuação e metas, bem como estar atenta ao aluno, aos profissionais que nela trabalham como caminha para que possa prosseguir e alcançar seus objetivos. É importante que haja a avaliação de todo o trabalho desenvolvido e de todos os envolvidos e a partir dela se tomem as decisões acerca dos rumos da escola e da aprendizagem dos alunos e assim garanta a qualidade dos resultados que se quer construir.

Segundo Souza (2005), a avaliação do conjunto de trabalho da escola como instituição educativa, como subsídio do processo de planejamento, é um instrumento de gestão democrática dessa instituição. Faz-se necessário a avaliação contínua e sistematizada do Projeto Político-Pedagógico (PPP) pela comunidade escolar (equipe diretiva, professores, alunos, famílias e demais funcionários) seguido de novo planejamento com o intuito de alcançar as finalidades a que a escola propõe. Em reuniões são avaliadas as ações que foram implementadas, as que estão sendo e as que não foram possíveis para que se possa replanejar.

Há, porém também de acordo com Souza (2005) a avaliação mais específica. A avaliação da aprendizagem que serve de análise do desenvolvimento do aluno, o quanto de parâmetro para avaliar o trabalho do professor além de auxiliar no envolvimento de pessoas no coletivo da escola.

A avaliação deve considerar, portanto a instituição, o processo ao longo do ano letivo para se fazer as intervenções necessárias e o produto para saber se houve o aprender, se os objetivos foram atingidos com diz Raphael (1995, p.33-34)em seu texto.

Na Escola Municipal Levindo Mariano a avaliação é contínua e diversificada e leva em conta o desenvolvimento e a relevância da manifestação das inteligências múltiplas que o aluno possui, mas sem deixar de lado os aspectos cognitivos e os conteúdos do Referencial Curricular a serem aplicados em cada etapa do ano escolar. Ela configura como fonte de informação para a formulação das práticas pedagógicas e os registros passam a incorporar referências descritivas do desempenho do aluno ao longo do processo.

Nessa perspectiva, a escola acredita que a avaliação favorece o compromisso do aluno com o ensino para que se conheça melhor, saiba o seu potencial e dificuldades e busque saná-los. Utiliza o processo como "apoio dos múltiplos instrumentos de coleta de informações" (SOUSA, p.90) (observações e registros, prova objetiva diagnóstica, formativa e somativa, auto-avaliação, portfólios, trabalhos individuais ou em grupos e outros) e diante dos resultados busca os meios de ajudar o aluno a crescer ou a superar suas dificuldades.

Para a escola, a avaliação tem caráter objetivo no sentido de dar maior significado à prática pedagógica, de ser veículo de informação dos níveis de aprendizagem diferenciados nos quais os alunos se encontram.

De acordo com a Resolução nº01/2013 enviada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), que estabelece os procedimentos para o funcionamento das escolas municipais de Ipatinga, os alunos do 1º ao 9º ano são avaliados em 100 pontos anuais, distribuídos por três períodos letivos avaliados em 30 pontos no primeiro período, 30 pontos no segundo período e 40 pontos no terceiro período e registrados no Sistema Educação Integrada (EI), onde constam as informações da vida escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

As disciplinas de Educação Física, Ensino Religioso, TICs, Práticas Culturais, Artes e Inglês, são registrados conceitos assim distribuídos: (1- crítico, 2- regular, 3- bom, 4- muito bom).

De acordo com a orientação da SME nº4/2014 os pontos são distribuídos da seguinte forma: nos períodos de 30 pontos são divididos em duas avaliações parciais de 5 pontos cada, o conceito de 3 pontos, trabalhos de 5 pontos e uma avaliação global de 12 pontos, no período de 40 pontos são divididos em duas avaliações parciais de 7 pontos cada, o conceito de 4 pontos, trabalhos de 6 pontos e uma avaliação global de 16 pontos. Para a aprovação o aluno deve alcançar o resultado de 60 pontos anuais. Ao final do ano letivo caso ele reprove em até três disciplinas, tem direito aos estudos autônomos, onde faz uma avaliação no valor de 100 pontos de todo conteúdo estudado em cada disciplina que reprovou.

A escola deve e cria estratégias de modo a possibilitar as ações pedagógicas para o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, na

medida em que as necessidades aparecem. O importante é que haja a preocupação e a busca de alternativas para o desenvolvimento do aluno. Após os resultados de cada período, caso esse não tenha alcançado o mínimo, é submetido a estudos de recuperação dos conteúdos no decorrer do ano letivo.

Os alunos que necessitam de atendimento especial são avaliados através do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) conforme Instrução Normativa Nº 5, de 25 de maio de 2010, enviada pela SME que estabelece os procedimentos para a elaboração do plano de desenvolvimento do aluno e registros avaliativos.

Os alunos da Educação de Jovens e adultos (EJA) são avaliados e a pontuação é distribuída da mesma forma que o diurno. A partir de 2014 cada uma das etapas é anual.

Os alunos participam também de avaliações externas promovidas por órgãos públicos, como Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Estadual de Educação (SEE) e Ministério da Educação (MEC).

A Escola Municipal Levindo Mariano procura respeitar as orientações expedidas pela SME, sem perder de vista o aluno que deve ser respeitado e valorizado como um todo.

Os profissionais da escola (equipe diretiva, professores e demais funcionários) são submetidos à avaliação de desempenho elaborada e pelo Departamento de Recursos Humanos (DERHU) e encaminhada à escola para a realização. Durante os três primeiros anos de sua nomeação o funcionário é avaliado anualmente e se encontra em período probatório. Vencida a etapa com êxito, passa a ser avaliado a cada três anos e a partir dessa avaliação recebe a concessão do benefício de triênio e, caso necessite recebe orientações e/ou treinamento para melhorar seu desempenho.

Ao final de cada semestre é feita uma reunião com toda a equipe da escola para também uma avaliação interna de como os trabalhos estão sendo conduzidos, o que foi positivo e o que precisa ser revisto e melhorar em relação às ações de cada representante da comunidade escolar. O processo de avaliação é um desafio que necessita ainda de mudança, entendimento, aceitação dos envolvidos. Aos poucos, gradativamente a escola avança na busca da educação ideal com a qualidade que todos têm direito e merecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo permanente, coletivo e ininterrupto no ser humano e que acontece na medida em que indivíduo constrói seu conhecimento interagindo com o meio através de ações humanas e pelas experiências decorrentes dessas atividades.

Nesse contexto o Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi construído para atender as necessidades que surgem ou surgirão na escola no decorrer do ano. Serve como estímulo para o aperfeiçoamento do profissional, o entrosamento e a participação e formação da comunidade escolar (equipe diretiva, professores, alunos, famílias, demais funcionários). A sua elaboração demonstra compromisso e responsabilidade de todos da comunidade escolar com ações propostas e suas realizações de forma séria, responsável visando o crescimento do aluno e a qualidade da educação oferecida.

É preciso considerar que para assegurar uma ação participativa dessa comunidade escolar na educação, na construção do processo ensino- aprendizagem faz-se necessário uma reflexão na ação, que exige uma observação atenta de como o aluno resolve as situações de aprendizagem e a compreensão dos conhecimentos que já trazem ao chegar à escola.

A escola deve, portanto estimular através de atividades diversas o desenvolvimento das inteligências múltiplas no contexto social e no contexto particular da escola, uma vez que ela possui o espaço privilegiado em que são transmitidos valores, princípios e padrões de comportamento e os conhecimentos necessários que se espera do sujeito para viver bem em sociedade.

O PPP da Escola Municipal Levindo Mariano prioriza o ensino- aprendizagem é flexível e readaptável às mudanças sofridas na sociedade de forma a atender os princípios que o norteiam. Encontra-se em contínuo processo de construção, de desenvolvimento, de revisão, de ajustamento pedagógico e administrativo. É importante que coletivamente todos estejam inteirados de onde a escola quer chegar, o que está dando certo, o que precisa melhorar ou até modificar.

É um desafio constante, enfrenta dificuldades, e como diz Oliveira (2010), mostra a cara da escola, o seu potencial e as suas limitações, seus conflitos e organização. Busca o acerto, a qualidade do trabalho escolar.

A valorização da educação leva sempre em conta a igualdade, a gestão democrática, a qualidade, a seriedade, a responsabilidade e o envolvimento da comunidade escolar e acredita que certamente diminuirá a distância entre o que é a instituição e o que ela deve e deseja ser para quem dela depende e a busca.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões**, *Revista Brasileira de Educação*, v, 14 n, 40 Jan./Abr. 2009 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v_14_n_40/v14_n40_a_04.pdf>. Acesso em 05/08/2014.
- ANDRADE, Fernanda Plentz de. **As representações sociais da e a perspectiva dos gestores educacionais**. TCC, UnB. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fbdm.unb.br%2Fbitstream%2F10483%2F6267%2F1%2F2013_FernandaPlentzDeAndrade.pdf&ei=pXtnVIT2F4yagwSf-YOwCw&usg=AFQjCNH0SMsejFzLsHDUmhYS0nyXn1QtPg&bvm=bv.79142246,d.eXY> Acesso em 26 out 2014.
- BRASIL. Constituição de 1988. **Emenda Constitucional nº 9** de 09 de novembro de 1995. Lex: legislação federal e marginalia. São Paulo, v. 59, p.1966, out/dez. 1995.
- BRASIL. Leinº 9887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal.
- BRASIL. Lei no 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?Id=LEI%209887>. Acesso em: 22 dez. 1999.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade**, vol 28, nº 100 – Especial p. 1015- 1035, out. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ES/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em 01/08/2014.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/07/2014.
- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 18/07/2014.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos- escolares da escola? Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_Luiz_Carlos_Freitas.pdf> Acesso e, 02/08/2014.
- FREITAS, Elaine Ferreira de .**O currículo escolar**. Partes, 2011. Disponível em <<http://www.partes.com.br/educacao/curriculoescolar.asp>>. Acesso em 26 out 2014.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>>. Acesso em 03/08/2014

IPATINGA. **Secretaria Municipal de Educação (SME).** Resolução nº01/2013 de 06 de dezembro de 2013.

_____. **Secretaria Municipal de Educação (SME).** Instrução Normativa Nº 5, de 25 de maio de 2010.

_____. **Secretaria Municipal de Educação (SME).** Orientação nº 4 de 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>> Acesso em 19/08/2014

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

LEANDRO, Claudinéia; PLATT, AdreanaDulcina. **Eixos filosóficos do projeto político-pedagógico: a visão de educação e a visão de sociedade.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/curriculoeplanejamento/eixosfilosoficosdo.pdf>>. Acesso em 20/05/14.

LOPES, Alice Casimiro. **Discurso nas políticas de currículo.** Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, PP. 33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteira.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>>. Acesso em 05/08/2014

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.**2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 21/07/2014.

_____. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº 73, Dezembro /2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210pdf>>. Acesso em 08/05/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al). **Avaliação: o processo e o produto.** Brasília: MEC/SEB, 2004, p.38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno2, Parte VII e VIII). Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 12/08/2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14/07/2014.

RAPHAEL, Hélia Sonia. **Avaliação: questão técnica ou política?** Est. Aval. Educ. nº 12 São Paulo dez. 1995. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0103-68311995000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 13/08/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** 2005 Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 16/07/2014.

_____. **Níveis do planejamento educacional.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19/07/2014.

_____. **Avaliação Institucional: A avaliação da escola como instituição. Gestão e avaliação da educação escolar.** Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante. Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005, p.32-38, 42- (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/08/2014.

SOUZA, C.P. **Avaliação do rendimento escolar.** p. 89-90. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p089-090_c.pdf>. Acesso em 26 out 2014.

ZABALLA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre, Artmed 1998.224p.

ANEXOS

 PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAS MUNICIPAIS		CALENDÁRIO 2014 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
JANEIRO DIAS LETIVOS: 04 D S T Q Q S S 29 30 31		FEVEREIRO DIAS LETIVOS: 19 D S T Q Q S S 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27	
MARÇO DIAS LETIVOS: 18 D S T Q Q S S 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31		ABRIL DIAS LETIVOS: 20 D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	
MAIO DIAS LETIVOS: 20 D S T Q Q S S 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31		JUNHO DIAS LETIVOS: 10 D S T Q Q S S 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	
JULHO DIAS LETIVOS: 14 D S T Q Q S S 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31		AGOSTO DIAS LETIVOS: 20 D S T Q Q S S 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	
SETEMBRO DIAS LETIVOS: 22 D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30		OUTUBRO DIAS LETIVOS: 18 D S T Q Q S S 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	
NOVEMBRO DIAS LETIVOS: 20 D S T Q Q S S 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30		DEZEMBRO DIAS LETIVOS: 15 D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	
PERÍODOS 1º Período 2º Período 3º Período TOTAL:		LEGENDA Férias de Janeiro Férias da Copa Dia escolar Início e término do Ano Letivo Início de Período Letivo Término de Período Letivo Conselho de Turmas (Dia Escolar) Feriado Sábado Domingo Recurso QUADRO DEMONSTRATIVO DE SEMANAS LETIVAS 2ª feira 39 3ª feira 41 4ª feira 41 5ª feira 41 6ª feira 38 TOTAL 200 DIAS LETIVOS observações 20/02(Quinta) Funcionará com horário de 2ª feira. 25/03 (terça) Funcionará com horário de 6ª feira. 28/05(Quarta) Funcionará com horário de 6ª feira. Analisado e Apreciado pelos conselhos escolares no período de 10/09/2013 a 20/09/2013 Aprovado pelo CME em: 30/09/2013	
LETIVOS Início Término Nº dias letivos Nº dias escolares 1º Período 28/01 16/05 71 03 2º Período 19/05 12/09 64 01 3º Período 15/09 19/12 65 01 TOTAL: 200 05		Leida Alves Tavares Secretária Municipal de Educação	

Anexo 1 - Calendário Escolar 2014